#58 SÉRIE II FEVEREIRO 2023

anti—capitalista

Quantas vidas custa a crise, e a maioria absoluta?

P 4

Vamos (de)crescer?

P 7

"O Princípio de Tudo"

P 8

Entre lutas; Abrir caminho à vida.

O que é um país?

Mãe, o que é um país?; pergunta a criança acabada de atracar na idade da curiosidade. A mãe aponta no mapa do mundo, aqueles mapas com a Europa no centro, África em baixo e a Islândia muito superior ao seu tamanho no mundo fora dos mapas. Estas linhas marcam os países, onde começam e onde acabam; explica enquanto percorre com o dedo as linhas que estão marcadas a preto. Mas a criança não está satisfeita. Saber o que divide os países não é saber o que é um país. Para se ser um país, tenta a mãe; é preciso haver coisas que as pessoas partilham entre si. Quando partilhas o teu lanche na escola com os teus amigos é porque reconheces que são teus amigos. Um país precisa disso, precisa que as pessoas se entendam. Então, nós aqui em casa: somos um país?, insiste a criança. A mãe ri-se e explica que não podem ser um país, porque para se ser um país é preciso ter um governo. Um governo a sério, daqueles com pessoas de fato e muitos escândalos. E disse à criança que os governos, às vezes, até tratavam muito mal as pessoas.

Mas ficou a pensar sobre isso. Se um país era feito pelas pessoas, o que é que elas deviam fazer quando o governo não as servia. Como professora primária passava a vida a explicar a crianças o que é que é uma coisa e o que faz com que essa coisa tenha essas propriedades de coisa. Mas não conseguia entender porque é que trabalhar arduamente, todos os dias, a ensinar essas coisas que um dia se haveriam de tornar muito importantes, não podia equivaler a ter uma vida digna. Quando saiu à rua com milhares de outros professores entendeu que não era a única a pensar assim. E quando marchou com tantas outras pessoas por um projecto de igualdade percebeu o que as pessoas corajosas fazem em momentos de tempestade.

Esta edição é sobre pessoas assim. Sobre as pessoas que conhecemos e as que não conhecemos. As que já não vão nas lengalengas e continuam a questionar que maioria governativa é esta que não serve a maioria das pessoas. Vão insistir em perguntar. E, talvez agora mais importante do que nunca, continuar a fazer perguntas.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial
O que é um país?

3 Reclamo
Reclamo!
É urgente lutar pela escola pública

4 Combates
Quantas vidas custa a crise,
e a maioria absoluta?

5 Inverno Político
A solução de Costa para aquecermos
a casa no inverno? Comprar ações da Galp!

6 Leituras

7 Debates
O Acontecimento, de Annie Ernaux
Obra Poética, de José Afonso

8 Antropologia
"O Princípio de Tudo": Não, as desigualdades não são inevitáveis em sociedades de grande escala.

Dossiê | Ameaças

Andreia Galvão
Daniel Borges
Francisco Louçã
Inês Sena
Paulo Antunes Ferreira
Ricardo Lafuente

Conselho editorial
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa Ana Pardal
Andrea Peniche
António Figueira
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Luís Leiria
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Rivera
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

Design gráfico e paginação
José Costa Torres

Participaram nesta edição
Ana Baganha
Andreia Galvão
Catarina Valente Ramalho
Daniel Borges
Daniel Carapau
Francisco Louçã
Inês Sena
José Costa Torres
Paulo Antunes Ferreira
Raquel Lindner
Ricardo Lafuente
Teresa Cadete

Depósito Legal
441931/18

Reclamo! É urgente lutar pela escola pública

texto de
Ana Baganha e Teresa Cadete

Ana Baganha e Teresa Cadete são professoras de Educação Física no distrito de Coimbra. Aceitaram escrever para a Anticapitalista deste mês, numa só voz, um reclamo pelas condições da classe docente; partilham receios sobre as consequências do subfinanciamento crónico da Escola Pública; reclamam, e com razão.

Portugal foi um dos primeiros países do Mundo a decretar a escolaridade obrigatória; contudo, o ritmo de escolarização foi lento, muito devido à falta de meios. No final do séc. XX, o abandono escolar em Portugal registava valores que nos colocavam em primeiro lugar na taxa de abandono precoce a nível europeu. A falta de recursos e de investimento, de apoios da mais diversa ordem, de percursos escolares adequados e diversificados, afetaram seriamente o papel de "elevador social" que a Escola deveria assumir.

Não obstante, a evolução da Educação em Portugal foi impressionante. Em 2017, responsáveis no âmbito da OCDE, enalteceram o progresso da Educação em Portugal, o maior sucesso na história da Europa. A falta de investimento na Escola Pública portuguesa, foi acompanhada pela torrente de legislação que "afogou" o principal agente educativo, o Professor, em tarefas que o têm vindo a afastar, na quase totalidade, da essência da sua ação educativa: a tarefa de ensino/aprendizagem.

Modelos sucessivos de ensino e de avaliação, tantos que não importa aqui enumerar, sucederam-se em catadupa ao longo dos últimos 30 anos, alguns tão herméticos na sua linguagem, como é o atual MAIA (que, confesso, continuo sem conseguir assimilar). Não duvido da qualidade das propostas, reclamo, sim, que a política educativa em Portugal reúna consensos, seja uma, na garantia da abrangência da realidade das nossas crianças e jovens. A constante alteração de medidas, projetos, leis e modelos, deveria fundamentar-se numa sólida avaliação da sua eficácia, o que parece não se verificar. Há quem defenda um Pacto Educativo, de modo a salvaguardar um dos maiores pilares de desenvolvimento numa sociedade e evitar a volatilidade de políticas educativas; subscrevo.

Reclamo o reconhecimento do Professor como a peça fundamental no sistema que tem garantido, apesar de todas as dificuldades, a qualidade da formação dos profissionais altamente reconhecidos, inclusivamente no estrangeiro.

Face ao desinvestimento tão relevante noutros profissionais que complementam o processo educativo e cuja importância é inquestionável tanto ao nível das aprendizagens, como no suporte às famílias, e simultaneamente às exigências laborais incomportáveis generalizadas no país que comprometem as vidas familiares e adequado acompanhamento dos Pais, o Professor para além de formador, cada vez assume mais papel de educador, psicólogo, assistente social, só para citar alguns...

A crescente revolta e indignação que agora saiu à rua assenta no agravar das condições de trabalho do Professor, ao qual se veio juntar o desrespeito e desresponsabilização demonstrados pelas sucessivas tutelas ministeriais dos diversos governos, inclusivamente, manipulando a opinião pública contra a classe docente.

Milhares de professores formados abandonaram a carreira por exaustão, desmotivação, desgaste emocional, opção de apoio à família, dificuldade financeira, entre outros, e neste momento, muito poucos são os que ingressam (apesar de continuarem a existir alunos que até assumem essa motivação). Neste momento, começam a ser recrutados licenciados das mais diversas áreas que não têm a formação pedagógica adequada. Soube ainda ontem de um caso, que no dia a seguir a ser colocada, desistiu, admitindo a dificuldade e falta de preparação para tão complexas funções e que exigem verdadeiro espírito de missão.

Receio bem, aqui chegados, que a Escola Pública se encontre em risco de colapso. A classe docente está envelhecida, esgotada, esmorecida e necessita urgentemente de ser rejuvenescida, fortalecida e reconhecida. Respeito, como tem sido apregoado recentemente por milhares, é urgente. Se assim não se verificar, o retrocesso é inevitável e a democracia portuguesa, jovem como os nossos alunos, estará, inevitavelmente, ameaçada.

Quantas vidas custa a crise, e a maioria absoluta?

texto de Catarina Valente Ramalho

A crise perguntou à vida, quanta crise a vida tem. A vida respondeu à crise, que a vida tem tanta crise quanto a inexistência de um programa que responda à perda de rendimentos de quem trabalha. E a vida não está enganada.

O ano de 2023 vive, ainda, a sua alvorada, mas sabemo-la marcada pelo aumento do custo de vida e o empobrecimento de quem vive do seu trabalho, realidade que o calendário civil não reparou. Sabemos que, em 2022, a inflação ultrapassou os 10%. Sabemos que, em 2022, o preço do cabaz alimentar e bens essenciais ultrapassou os 20%. Sabemos, também, que o parque habitacional público, em Portugal, é um dos mais baixos da Europa com apenas 120 mil fogos destinados à habitação social - 2% de habitação pública (INE, 2015) - e do vazio de vontade política para regular o mercado imobiliário e priorizar a renda acessível.

Sabemos, também, que o número de pessoas em risco de pobreza aumentou 12.5%, entre 2019 e 2020, colocando Portugal em 8° lugar no ranking da população com mais pessoas pobres na UE, e que, em vez de uma resposta musculada por medidas sociais e de recuperação de rendimentos no contexto da crise pandémica, o governo socialista enfatizou a narrativa de bom pagador.

Sabemos, por isso, que o aumento do Custo de vida não é a génese das desigualdades sociais, mas agrava-as na sequência da ausência de políticas de proteção dos rendimentos de quem é mais pobre - pessoas trabalhadoras e pensionistas. Neste enquadramento, a maioria absoluta socialista continua a dizer-nos que existem vidas mais dispensáveis do que outras-as vidas de quem trabalha no setor dos cuidados e do serviço doméstico, por exemplo, cujo trabalho invisibilizado é essencial à manutenção das casas, do espaço público e das comunidades, mas continua a condenar estas vidas - vidas de mulheres, mulheres pobres, mulheres migrantes e mulheres racializadas a uma situação de informalidade laboral, desvalorização salarial, exaustão e pobreza. Esta política de exaustão de (alguns) corpos não é nova, nem a teoria da reprodução social, e Françoise Vergès diz-nos: "Não devemos dar-nos conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas." (Vergès, 2020, p. 24); e poderíamos acrescentar: não deveríamos dar-nos conta de que a maioria absoluta socialista fez uma escolha política, quebrando mecanismos e compromissos de recuperação de rendimentos impulsionados pela esquerda, entre 2015 e 2019, escolhendo a não tributação dos lucros extraordinários de empresas, como a GALP, a Jerónimo Martins e a SONAE, e vincando a desproteção social e o empobrecimento de quem mais trabalha e menos recebe pelo seu trabalho. Mas damos, damo-nos conta.

Em resposta à acentuada perda de rendimentos, assumimos o compromisso de construção política propondo direitos laborais a quem trabalha no setor dos cuidados e do trabalho doméstico e ressignificando o cuidado como um direito gratuito e universal, assegurado por um Serviço Nacional de Cuidados, e desmantelando o modelo que o coloca como um fator de empobrecimento das famílias, nomeadamente das mulheres; construindo a Greve Feminista Internacional, que sai às ruas a 8 de Março, assente em quatro pilares -1) pilar do trabalho assalariado; 2) pilar dos cuidados; 3) pilar do consumo; 4) e pilar estudantil -porque continuamos a ser o maior contingente de pessoas precárias e sobre quem recai a dupla e a tripla jornada, porque "se nós paramos, o mundo pára"; e criando movimentos de base local e popular que exijam um programa de resposta à crise que defenda quem trabalha as pessoas despejadas e em risco de despejo, as pessoas a quem a rede de transportes não serve porque trabalham, invisibilizadas, nas cidades onde não podem morar, as pessoas a quem sobram mais dias do que salário ou pensão. O movimento Vida Justa sai à rua, no dia 25 de Fevereiro, para exigir ao governo socialista uma resposta à crise, uma resposta que seja justa e centrada na vida das pessoas.

A crise perguntou, novamente, à vida, quanta crise a vida tem. A vida respondeu à crise, que a vida tem tanta crise quanto o Partido Socialista quiser. Desta vez, a vida estará enganada. Sairemos à rua. Sairemos muito.

Iniciativa Legislativa Cidadã, "Direito ao Cuidado, Cuidado com Direitos". (s.d.).
Obtido de https://www.direitoaocuidado.org
Vergès, F. (2020). Um Feminismo Decolonial. São Paulo: Ubu.
Vida Justa - Justiça e Igualdade para acabar com a Crise. (s.d.). Obtido de https://www.direitoaocuidado.org/

A solução de Costa para aquecermos a casa no inverno? Comprar ações da Galp!

texto de Daniel Carapau

Portugal no pelotão da frente da pobreza energética e dos dividendos do setor energético.

Em Portugal passa-se frio em casa. É um problema antigo, mas com o disparar dos preços da energia em 2022, estão criadas as condições para poder ser um drama ainda maior. Que fez até agora o Governo? Criou um Programa para a eficiência energética que é ineficiente, subsidiou os custos de energia das empresas com maior consumo de gás, e, em vez de fixar preços, criou um imposto sobre lucros inesperados – e apenas porque a isso foi obrigado.

Segundo o relatório das previsões de Outono da Comissão Europeia, Portugal era, com base em dados de 2015, portanto vários antes da actual crise inflacionária, o quinto país da UE com maior risco de pobreza energética. Ou seja, o país com a quinta maior percentagem da população para a qual a energia representa mais de 30% das despesas do agregado. O relatório inclui ainda previsões para o efeito da atual inflação neste indicador. A Comissão prevê que os países com os maiores aumentos na incidência da pobreza energética sejam Lituânia, Letónia e Hungria, enquanto Portugal baixará neste triste ranking de 5º para 6º lugar. O que parece um dado positivo de facto não o é: a pobreza energética em Portugal deve passar de cerca de 10 para mais de 15%. Uma subida superior a 50%, mas que é superada pela que é prevista para outros países. De qualquer modo, são mais de meio milhão de portugueses que estão em risco de engrossar o contingente dos que vivem em pobreza energética.

Se vamos ter, ou já temos, 1 em cada 6 portugueses em pobreza energética oficial, muitos mais são os que sentem desconforto térmico nas suas casas. Segundo estudos recentes, 40% dos inquiridos admitem sentir frio em casa no inverno, tanto em Lisboa como no Porto (1). Este contexto podia ter causado uma catástrofe social caso o inverno tivesse sido mais rigoroso. O mês de Dezembro de 2022 foi o Dezembro mais quente no território continental desde que há registos (1931), com uma temperatura média 2,75 graus acima da média das últimas décadas do século XX. Mas ainda temos dois meses de inverno pela frente.

Ainda de acordo com os mesmos estudos, 47% e 59% dos moradores de Porto e Lisboa, respectivamente, identificam alguma situação de ineficiência construtiva nas suas habitações. O Governo criou em 2020 o Programa "Edifícios mais sustentáveis", financiado com verbas do PRR através do Fundo Ambiental. Contudo, até abril 2022, apenas 1% das verbas do Programa tinham sido aplicadas no isolamento térmico de casas. Será que este insucesso se deve ao facto de que as regras obrigam as famílias a incorrer num custo, na ordem das várias centenas, ou até milhares, de euros, e depois aguardar pelo reembolso?

Não se pode exigir a quem vive com o salário mínimo, ou mesmo com o salário médio, que adiante uma despesa destas ao mesmo tempo que vivemos com uma inflação dos bens alimentares de 18% e dos produtos energéticos de 25% (dados de Novembro). Uma medida progressista teria sido, por exemplo, o Estado garantir diretamente as obras para melhorias da eficiência energética nas habitações das famílias com mais baixos rendimentos. Se muitas pessoas não conseguem comportar os custos de fazer obras, outras há que até o poderiam fazer, mas que não aproveitarão a oportunidade por haver ainda pouca informação. No final de 2022, mais de metade dos moradores de Lisboa desconhecia a existência deste Programa.

Voltando às previsões de Outono, António Costa ouviu nessa ocasião um elogio da Comissão por ter tomado medidas para compensar a inflação na energia num montante equivalente a 2,1% do PIB. Sucede que grande parte deste montante destina-se a reduzir a fatura de energia das empresas com elevado consumo de gás. Mais uma vez, um Governo fraco com os fortes e forte com os fracos. O Primeiro-Ministro dirá que não, pois se até vão ser taxados os lucros inesperados! E não só no sector energético: também na distribuição alimentar! O tal imposto que ainda em Setembro passado Costa rejeitava. Mas depois de ser adoptado a nível europeu, lá foi proposto pelo Governo e aprovado pelo Parlamento, mesmo no final de ano, para ser aplicado aos lucros de 2022. A estimativa do Governo é que renda 50 a 100 milhões.

As empresas da distribuição alimentar ainda protestaram por lhes ser aplicado o "windfall tax" (ai o "dano de imagem"). Já para os lados das sedes da Galp ou da EDP pouco ou nada se ouviu. Pudera, umas dezenas de milhões não fazem mossa. Só a GALP planeia distribuir aos seus acionistas 900 milhões em 2023! É um aumento de 50% em relação à ocorrida em 2022. O equivalente a 2,5 milhões por dia, durante 365 dias. Enquanto quatro em cada 10 portugueses que vivem nas maiores cidades sentem frio no inverno, aos accionistas da Galp sai o jackpot. Certamente a família Amorim não terá dificuldades em manter a casa quente, nem em pagar as contas da luz e do gás. Já para o milhão a milhão e meio de portugueses a viver em pobreza energética, mais os outros tantos que vivem em desconforto térmico, o inverno de 2023 será passado a fazer contas às contas que há para pagar.

1-https://www.dn.pt/local/40-dos-moradores-de-lisboa-dizem-sentir-frio--em-casa-no-inverno-15234711.html

The Rehearsal
de Nathan Fielder
HBO

Andreia Galvão

E se pudéssemos controlar antecipadamente os momentos marcantes da nossa vida, antecipando qualquer desvio do guião possível? E se contratarem atores para interpretar quem nos rodeia, construíssemos cenários e experimentássemos, até à exaustão, cada diálogo, cada monólogo? E se tivéssemos a possibilidade de encenar as imagens que decorrem na nossa cabeça, cada vez que nos deparamos com uma encruzilhada? Isso tornaria a vida um ensaio ou o ato final? Mas será que não passamos, já, a vida toda a representar?

Dizem que a definição entre a realidade e a fição é ténue ao ponto de ser ilusória a tentativa de fixar uma linha que divida as duas categorias.

Nathan Fielder caminha (muito bem) entre estas nuances, construindo ensaios e cenários para situações da vida real no seu novo documentário "The Rehearsal". Esta experiência perturbadora da hiper realidade confronta-nos com a nossa capacidade de criação de emoções autênticas e concretas a partir de cenários artificialmente criados. Por exemplo, como se lida com um ator-criança que confunde outro ator com o seu verdadeiro pai?

A pergunta mais frequente colocada sobre o programa é se é real ou ficcionado. Porque a simplicidade das categorias, de entender se se tratam de personagens ou de pessoas embrenhadas nas vicissitudes da vida torna as coisas, de alguma forma, mais fáceis. O programa fala diretamente para quem está a ver e aí reside uma das grandes fontes para o seu desconforto. O mecanismo da televisão, em si, expõe a vulnerabilidade em que se encontram as pessoas que, apesar do seu desconforto com a radicalidade da experiência, ficam reféns da vontade de pertença ao universo televisivo. Sabemos que é tudo feito para o nosso entretenimento, mas queremos continuar a desenrolar a teia montada. Somos espectadores ou cúmplices?

Para ver na HBO.

Una teoria feminista de la violencia: Por una política antirracista de la protección
de Françoise Vergès
Ediciones Akal

Raquel Lindner

"Un manifiesto contra la banalización de la violencia de género" – descreve, provocatoriamente, a edição castelhana a obra Una teoria feminista de la violencia: Por una política antirracista de la protección da politóloga e ativista feminista descolonial Françoise Vergès. Num tempo em que o discurso punitivo e securitário parece estabelecer o horizonte de expetativas do movimento feminista na luta contra as violências sexistas, Vergès propõe-se a imaginar aquela que entende como uma sociedade pós-violência a partir de uma política de proteção feminista descolonial e antirracista.

A sua análise não pretende apresentar soluções imediatas para o fim das violências sexuais e de género. Muito menos, se propõe a negar a crueza dessas violências – conceitos como "assédio", "violação", "abuso" ou "feminicídio" são designações relevantes para a descrição da realidade que vivemos. Aquilo a que, por outro lado, Vergès se propõe no seu ensaio, é a refletir a forma como a violência, o ato violento, constitui uma componente estrutural do patriarcado e do capitalismo. Para a politóloga francesa, uma análise feminista descolonial e antirracista da violência implica entender que esta não resulta apenas de uma dominação masculina, como a fazem querer uma parte significativa dos movimentos feministas do norte global, mas de um sistema – capitalista, patricarcal e colonial - que "hace de la violencia una forma de vida y e de existência, que la instituye como el único modo de relación".

Como, então, efetivar uma desracialização e uma despatriarcalização das políticas de proteção? Esta é a questão primordial que guia o ensaio de Vergès. Esta trata-se, porém, de uma pergunta desmultiplicadora de outras inquietações: Porque é que a proteção de raparigas e mulheres se converteu num argumento de reforço do campo de ação da polícia e da justiça? Como explicar a multiplicação de medidas e leis de proteção das mulheres, enquanto que continua a crescer a precarização das mulheres de classes populares e das comunidades racializadas? Quem são as mulheres que o Estado patriarcal considera que têm a legitimidade de ser protegidas?

Vamos (de)crescer?

A ameaça climática e a resposta ecossocialista ao decrescimento.

texto de Daniel Borges

Nos primeiros dias do ano, o segmento 60 Minutos passava os relatos de cientistas que afirmam estarmos a viver uma sexta extinção em massa. Entendemos enquanto espécie que a luta climática é, em primeiro plano, um combate pela sobrevivência. Na esquerda socialista compreendemos também que esta luta é feita através da mudança da forma de estar das classes dominantes que, dentro do modelo da sociedade capitalista, sobreproduzem, sobreconsomem e se ocupam com a exploração de recursos naturais e humanos para obter a mais-valia.

O sistema capitalista não sobrevive sem a expansão que é conseguida através da produção. Aliás, basta haver uma redução na produção para o sistema entrar em crise. A lógica capitalista é a de que se não estivermos a crescer, estamos a sofrer. É nesta crítica que se centra a resposta decrescimentista. A sua principal ideia é a de que temos de abdicar do modelo da sociedade produtivista se queremos reduzir as emissões de CO2 e manter a meta do 1.5°C. Face ao dilema do crescimento, a alternativa – argumenta o decrescimento – é diminuir a produção e o consumo de energia.

A base da teoria do decrescimento é a crítica à ideia da dissociação entre o crescimento económico e a emissão de gases com efeito de estufa. Em termos simples, o decrescimento diz que não é possível reduzir emissões sem reduzir o crescimento económico, uma vez que este está intrinsecamente ligado aos processos capitalistas de produção que causam a maioria das emissões e exploram os recursos naturais enquanto matérias-primas.

O decrescimento tem sido criticado por ser uma 'política de menos', presa à classe média e em parte pela sua incapacidade de criar riqueza, garantir condições materiais a quem não as tem e desenvolver setores fundamentais. É também criticado por procurar um modelo de vida pós-produtivo, que se traduziria numa descida das condições de vida. Do socialismo vêm ainda as críticas de que o decrescimento cria barreiras à emancipação dos trabalhadores por desmontar as estruturas produtivas e à forma abstrata como o decrescimento conceptualiza o crescimento, que, ao contrário do pensamento marxista, não se prende com uma análise histórica dos meios de produção e da criação de valor.

Estas críticas são fundamentais para percebermos que a filosofia do decrescimento se depara com vários problemas, desde a mobilização de massas à transformação dos meios de produção. Não obstante, podemos também aprender com ela.

Marx percebeu que o crescimento capitalista era indispensável para aumentar o nível de qualidade de vida e para que as necessidades de toda a gente fossem asseguradas. Neste sentido, o crescimento deve ser operado numa lógica de necessidade. Mas o modelo global do capitalismo está a sobreproduzir e a distribuir de forma desigual, porque opera numa lógica de mercado. É esta sobreprodução que está a esgotar e a poluir os recursos naturais do planeta. Sabemos que o crescimento ilimitado ligado aos meios de produção da classe dominante é impossível. Os recursos do planeta são finitos e não sobrevivemos sem eles. Nem com a poluição que está na raiz das alterações climáticas e que é por sua vez causada pela sobreprodução.

Sabemos que também há projetos socialistas alternativos, que dão ênfase à produção. Mas as perspetivas ecomodernas[1] de Leigh Phillips e Matthew Huber – que se baseiam na construção de megaprojetos em larga escala –, são, no melhor dos casos, megalómanas. No pior dos casos são inconsequentes por não terem em conta os efeitos em curso das alterações climáticas. De facto, como nota Kai Heron em The Great Unfettering, centrais nucleares e barragens hidroelétricas não são o plano ecológico ideal para um planeta que começa já a sentir os efeitos da meteorologia imprevisível e o aumento das secas e da desertificação. Nem é o grande desenvolvimento da indústria que vai fazer renascer o operariado numa espécie de fetichismo industrial.

Não descartemos, no entanto, o papel da orientação tecnológica no combate às alterações climáticas. Precisamos de uma política democrática de desenvolvimento de indústrias tecnológicas que nos garanta controlo sobre a energia e alternativas compatíveis com os recursos que temos disponíveis. Mas um corte significativo é inevitável na produção e por consequência no consumo. Um corte que tenha em conta que os mais pobres precisam ainda de atingir níveis de consumo dignos e que a compensação tem de ser feita reduzindo o sobreconsumo dos mais ricos. Não esqueçamos que o 1% da população mais rica do mundo causa o dobro das emissões de CO2 dos 50% mais pobres.

Como se coloca esse corte? Coloca-se precisamente na mudança de uma lógica de mercado para uma lógica de necessidade. Na alteração de um sistema produtivista por um sistema de redistribuição e reorganização ecossocialista que reconheça as necessidades de produção mas tenha em conta as suas limitações.

Como escrevem Lowy, Kallis, Fernandes e Akbulut[2], o decrescimento ecossocialista deve ser entendido em termos dialéticos: se é claro que há setores de produção que têm de ser eliminados ou reduzidos – como a indústria fóssil ou os transportes de mercadorias globais –, há outros que têm de ser desenvolvidos – como a energia renovável ou as indústrias locais. Da mesma forma, se os países do Norte global têm de reduzir exponencialmente as suas emissões de CO2 e quebrar com a lógica do desenvolvimento e da apropriação e crescimento à custa dos países do Sul global, esses países não devem sair penalizados e precisam de desenvolver infraestruturas, indústrias e criar riqueza.

A resposta ecossocialista não quer uma sociedade anarcoprimitivista nem uma utopia tecnológica. Quer quebrar – com base no reconhecimento de uma desigualdade histórica de produção a nível global – com um modelo produtivista que não tem limites. E quer o reconhecimento de que a História do futuro implicará não só a mudança dos meios de produção, mas também a mudança da distribuição desses meios.

"O Princípio de Tudo": Não, as desigualdades não são inevitáveis em sociedades de grande escala

David Wengrow juntou-se a Astra Taylor (Jacobin) para discutir o livro "O Princípio de Tudo: Uma Nova História da Humanidade", co-autorado com David Graeber. A seguinte transcrição foi editada em clareza e escala, e traduzida do inglês original.

Astra Taylor: **Vamos começar pelo nosso amigo comum David Graeber. Fale-nos um pouco sobre a vossa colaboração e como ela os levou ao "Princípio de Tudo"?**

David Wengrow: **Ocorreu-nos que todos os grandes livros de história continham um retrato completamente artificial e desatualizado de como foi a maior parte da história humana e o que significa viver em sociedades não-agrícolas. Ficámos tão atraídos pelas Américas porque percebemos que havia algo de errado com a forma como a história humana estava a ser enquadrada – especificamente em torno da questão da desigualdade. Obviamente, notámos que havia uma explosão de literatura e pesquisa sobre desigualdade, incluindo histórias de desigualdade ancestrais – algumas das quais são involuntariamente muito engraçadas, porque tentam aplicar coeficientes de Gini à Idade da Pedra. "Qual era o rendimento médio de um caçador de mamutes da Idade do Gelo?" É meio bizarro.**

Astra Taylor: **Há uma crença comum de que a democracia pode funcionar em pequenos grupos, mas aumentá-la causa problemas que apenas a hierarquia e a dominação podem resolver. Como é que o registo arqueológico confunde essas suposições?**

David Wengrow: **É interessante o que tem surgido na investigação, não só em arqueologia, mas também em campos como a sociobiologia, que têm sido muito apegados a essa ideia de que pequeno significa igualitário e grande significa complexo e, portanto, hierárquico. Houve um artigo importante publicado no ano passado no Journal of Human Evolution que olha para as realidades demográficas das sociedades modernas de caçadores-coletores na Austrália, África e outros lugares. Descobriram que as famílias de caçadores-coletores são um pouco como as nossas, em que muitas vezes os membros das famílias não se dão bem e fazem de tudo para se afastar uns dos outros. Mas os caçadores-coletores têm maneiras sofisticadas de o fazer. Criam sistemas de hospitalidade que abrangem continentes, e longe de viverem em sociedades de pequena escala, eles têm um mundo social onde podem potencialmente interagir com muitos milhares de pessoas. Na realidade, não o fariam. Mas esses relacionamentos existiam da mesma forma que nós nunca conheceremos a maioria dos americanos mas, mesmo assim, consideramo-los americanos. São o que Ben Anderson chamou de "comunidades imaginárias".**

Astra Taylor: Fale-nos sobre algumas das histórias sobre antigas cidades igualitárias que desafiam as expectativas. Existe a suposição de que com a concentração de pessoas vem a concentração de recursos nas mãos de poucos e o desempoderamento da maioria.

David Wengrow: Bem, esse foi outro tema sobre o qual o David me confrontou logo no início da nossa pesquisa: "Existe alguma coisa como uma cidade igualitária? Há evidências de algo assim?" Comecei a contar-lhe sobre sítios a norte do Mar Negro – povoamentos no que hoje são a Ucrânia e a Moldávia. Estes sítios foram investigados pela primeira vez por arqueólogos ucranianos e russos na década de 1970, mas em tempos mais recentes houve muitos projetos internacionais naquela região. Os resultados têm sido surpreendentes. Os investigadores encontraram enormes povoamentos, de dezenas de milhares de pessoas, que datam de há cerca de seis mil anos. Portanto, tão antigas quanto as primeiras cidades da Mesopotâmia e com a mesma extensão espacial. É extraordinário porque eles não tinham templos, palácios ou centros cívicos. Milhares de pessoas viviam em arranjos circulares, só de habitação.

Astra Taylor: E se definíssemos uma cidade – ou, pelo menos, uma boa cidade – como habitação abundante e equitativa?

David Wengrow: Sim. O melhor exemplo é a cidade que conhecemos como Teotihuacán, no México, que foi o nome dado pelos astecas a uma cidade bem mais antiga, que começou a atrair pessoas por volta do ano zero. Mas depois algo mudou por volta de 250–300 DC. Naquela época, parece ter havido muita atividade sísmica e movimento populacional na região. As pessoas começaram a reunir-se aos milhares na cidade antiga. Eles fecharam completamente o Templo da Serpente Emplumada; também pararam de construir pirâmides. Em vez disso, embarcaram num projeto extraordinário de habitação social. Construíram uma cidade complexa e multiétnica organizada em grade, onde todos viviam em complexos de apartamentos multifamiliares. Quando os arqueólogos os descobriram e começaram a descrevê-los, pensaram que eram palácios, porque era tudo tão bonito. Todos os conjuntos de apartamentos tinham fabulosas paredes de gesso, frescos nas paredes e áreas comuns.

Astra Taylor: O vosso livro é muito humilde, constantemente a lembrar o leitor o quanto não sabemos. Essa humildade é um ingrediente crucial.

David Wengrow: O livro tenta reformular certas questões e colocar outras melhores. Lembro-me de vários pontos do livro em que tentamos definir exatamente o que acontece quando as pessoas se conseguem opor a hierarquias estruturais. Acabámos por assumir que se pode reduzir a resistência à hierarquia a três liberdades básicas. A primeira é simplesmente a liberdade de escapar do ambiente e se afastar. A segunda liberdade é a liberdade de desobedecer à autoridade arbitrária, que é a raiz da democracia saudável. Não simplesmente desobedecer, mas desobedecer com a garantia de que fazendo-o, não será banido da sociedade. A terceira liberdade, que na realidade é construída sobre as duas primeiras, é simplesmente a liberdade de imaginar uma nova sociedade. Em outras palavras, a liberdade de abrir um pequeno buraco no tecido social, reconfigurá-lo. Parece ser o que nossos antigos fizeram durante a maior parte da história.

dossiê

#58 SÉRIE II FEVEREIRO 2023

Ameaças

Europa - mas tu: impossível?

texto de Andreia Galvão

"No pensamento negro, a interrogação acerca da descolonização (entendida como um momento eminente do projecto de abertura do mundo) é indissociável da questão da Europa. Sob esse prisma, o pensamento da descolonização é uma contenda com a Europa, aquilo que a última afirma ser o seu telos e, ainda mais especificamente, com a questão de saber sob que condições o devir-europeu poderia constituir um momento positivo do devir-mundo em geral. Na história da filosofia, os europeus tiveram tendência a autodefinir-se de três maneiras. Por um lado, frisaram o facto de que «a história não é primeiramente a história da humanidade», só o sendo através «da passagem da história do Ocidente para a da Europa e do respectivo alargamento à história planetária"». Por outro lado, defendem que a própria história europeia elevou a humanidade europeia «a um nível, até então, nunca antes alcançado por outra forma de humanidade'^». 0 facto de que «a humanidade europeia tenha conseguido tomar-se pela humanidade em geral» e que tenha conseguido considerar as suas formas de vida como «globalmente humanas» não seria mais do que a marca de uma exigência de responsabilidade, e mesmo de capitania universal."

Achille Mbembe
em "Sair da Grande Noite: ensaios sobre África descolonizada"

Europa, na mitologia grega, era uma princesa que habitava na Ásia e que, tendo sido raptada por Zeus disfarçado de touro, foi deixada na ilha de Creta. Foi perseguida por Cadmo e, nesse local, foi fundada a cidade de Tebas. Neste imaginário, a Europa é bela, fecunda e mais do que uma ideia concreta, um mito de si própria. E, de facto, foram vários os seus contributos para a História do Mundo: da democracia, das artes à ciência e à tecnologia (o tal "nível nunca antes alcançado pela humanidade"). Esta história cheia de vitalidade e de um contributo humanista é cada vez mais indissociável do que paira por detrás desse legado: os imperialismos, a violência, a discriminação. A subjugação de uns pelos outros que sempre se verificou: os homens sobre as mulheres, a guerra dos ricos contra os pobres, assumiu uma escala planetária com a história colonial que modernizou as ideias da escravatura e supremacia com uma tecnologia social e logística sem comparação. O comércio de escravos do Atlântico, iniciado pelo império Português, beneficiou de uma arquitetura exploratória sem precedentes: só os portugueses e os espanhóis realizaram mais de nove mil viagens com escravos africanos, segundo os dados da Trans-Atlantic Slave Trade Database (1).

Esta dualidade de perspectivas sobre a Europa (continente) revela-se na dualidade de perspectivas sobre a Humanidade, pelo caráter universal que este continente se conseguiu atribuir. A questão de quem é verdadeiramente europeu é a questão, fundamentalmente, de quem é na sua plenitude humana (a expressão bastante simples "I am a man" tem marcado presença em diversas mobilizações pelos direitos civis). Os movimentos pós-coloniais têm considerado que esta noção de humanidade não tem sido atribuída à priori, sendo a sua luta a da conquista não só literal e bélica, mas também psíquica e material. Segundo Achille Mbembe, este processo "deve fazer-se surgir pelo processo através do qual o colonizado desperta para a consciência de si, apropriando-se subjectivamente do seu eu, desmonta a sua cerca e permite-se falar na primeira pessoa."

Vários autores negros, ao longo da história têm-se debatido com esta questão da pertença literal mas uma exclusão de um foro cultural quase metafísico e poético - a simultaneidade de fazer parte e estar a ver de fora, de estar no centro e pensar através da periferia. Fanon escrevia que, no mundo em que viajava, se criava "inecessantemente". Ou, a sua figura se recriava incessantemente, como se a sua aparência física fosse plástica, maleável à história e preconceitos de cada lugar em específico, deixando-o sempre refém da sua própria humanidade.

França é um dos países europeus mais embrenhados nas discussões complexas sobre o papel da Europa no mundo, a imigração, integração cultural, racismo e xenofobia. Foi também o berço de uma das teorias que reciclam os velhos argumentos, através de um olhar perturbado sobre as transformações culturais em curso. A grande substituição (ou o Grand Remplacement), disseminada pelo autor e conspiracionista de extrema-direita Renaud Camus afirma que as populações europeias originárias estão a ser substituídas por povos demograficamente e culturalmente não europeus, com a cumplicidade das elites (subentende-se brancas e europeias). Segundo a teoria, este fenómeno acontece através da imigração em massa, do crescimento demográfico destes povos não europeus e da quebra da natalidade europeia. Estas teorias têm circulado pela extrema-direita há muito tempo, mas foram encapsuladas no livro de Camus em 2011 "Le Grand Remplacement", que relaciona a presença de muçulmanos com a destruição de povos europeus e refere mesmo a expressão genocídio por substituição. Esta teoria faz parte de uma constelação mais profunda- a teoria do americano David Lane no seu "Manifesto do Genocídio Branco" (1995), com contribuições como "Eurábia", publicada pela autora britânica Bat Ye'or (2).

A concretude

Apesar de algumas alterações demográficas que se verificaram na Europa, a ideia de que a população europeu esteja minimamente a ser substituída é facilmente falsificável. Em primeiro lugar, porque as famílias e os habitantes de segunda, terceira e quarta geração são considerados população do próprio país e não imigrantes. Em França a própria tese de Camus é refutada pelo facto da população muçulmana corresponder somente a valores entre os 8,8% e 12,5% em 2017 (3), valores que não justificam de forma alguma uma "invasão".

Para a afirmação de tal facto é preciso estabelecer como cimento essencial a supremacia racial, o preconceito. Esta exploração do medo do outro, a ansiedade provocada pelo mundo em mudança, por uma abertura ao mundo, tem feito parte da agenda de ressurgimento da extrema-direita e da propaganda neonazi. A ideia de que os outros são fundamentalmente diferentes e que as nossas culturas são profundamente inconciliáveis, de que as elites estão a fazer o que Brecht afirmou: quando encontram o desagrado com as suas políticas, decidem mudar o seu povo.

Numa pesquisa liderada pela Harris Interactive em outubro de 2021, 61% dos franceses acreditavam que a "Grande Substituição" acontecerá na França; 67% dos entrevistados estavam preocupados com isso (4). Não é surpresa estas teorias estarem a ganhar popularidade. Afinal, vivemos na era das grandes conspirações, do pavor à escala global. Divididos entre a necessidade de que é preciso de que tudo mude e o terror de que exatamente isso aconteça.

O nosso espaço é na afirmação radical de uma humanidade inalienável a cada pessoa, no seu direito à mobilidade, à vida, à segurança, à dignidade, à saúde. Pode parecer o mínimo e já dito infinitamente, mas terá de ser reiterada as vezes necessárias até que todas as pessoas usufruam do direito fundamental de ser plenamente.

(1) https://www.slavevoyages.org/
(2) https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Substitui%C3%A7%C3%A3o
(3) https://www.pewresearch.org/religion/2017/11/29/europes-growing-muslim-population/
(4) https://www.lefigaro.fr/actualite-france/67-de-francais-inquiets-par-l-idee-d-un-grand-remplacement-selon-un-sondage-20211021

As guerras que vão ameaçando a Europa

texto de Francisco Louçã

A mitologia, que serve para embelezar o passado, não foi cortês com a Europa. Imaginou-a mulher de lendária formosura e raptada pelo deus dos deuses, Zeus, para o efeito transformado num touro – um tesouro de insinuações psicanalíticas – para lhe assegurar uma prole de três filhos em Tebas, uma cidade que não resistiria ao destino das guerras sucessivas, escravizada depois por uma invasão macedónia. Como se vê, a história acaba mal e, pelo caminho, dela só se aprende a insídia, a intriga e o desastre. Mau começo.

Apresentar a Europa como a expressão de um caminho de paz e de concórdia no Ocidente é uma fantasia, não tanto pelas peripécias dessa mitologia, mas mais simplesmente porque a Europa se fez de guerra – e continua a fazer-se. E não é só o facto, esse recente, de as duas maiores guerras da história da humanidade terem sido provocadas pelas potências europeias (será que os curiosos teóricos do "imperialismo único", que assim disso isentam as realidades europeias, se lembraram deste facto curioso antes de proclamarem a sua "unicidade"?), mas também a viragem para o século XXI, que confirmam este código guerreiro. Quanto Belgrado foi atacada em 1999, a primeira cidade europeia a sofrê-lo desde a derrota do nazismo, não era só uma reinauguração simbólica do tempo da bomba, o que se manifestava era a forma mais potente de impor uma política, neste caso pela Alemanha para destruir a Jugoslávia e da Nato para se estrear numa intervenção direta no território europeu. Agora, com a invasão da Ucrânia pela Rússia, já com quase um ano de guerra, repete-se e amplia-se a estratégia de escalar os conflitos, de multiplicar os incidentes e os morticínios, com a extensão das fronteiras das ameaças. A Europa está mais perigosa do que jamais esteve desde 1945.

Séculos de guerras que preparam guerras

Não há nisto novidade, é a história europeia. Ao olharmos para o ascenso da modernização, é a guerra que encontramos na definição da política.

O século XVI, o tempo da "Utopia" de Thomas More e do "Príncipe" de Maquiavel, quando Copérnico redescobriu que a Terra girava à volta do Sol e os camponeses de Munzer se revoltaram contra o poder papal, foi também o do impulso da colonização africana e americana – guerras, mais uma vez, com os genocídios nesse "Novo Mundo". Sempre guerras. No século seguinte o continente foi atravessado pela Guerra dos Trinta Anos, sobretudo no centro europeu; a trégua deste conflito permanente foi assinada em Vestfália, consagrando a independência dos Países Baixos, a crise do Sacro Império Romano-Germânico e o recuo do poder de Espanha (Portugal recuperou a independência em 1640); o rei Carlos I de Inglaterra foi decapitado em 1649. A modernidade emergia, nestes escombros, impulsionada pela revolução científica, foi o tempo de Kepler e de Galileo, que comprovaram Copérnico, usaram o novo telescópio e aniquilaram os dogmas sobre a Terra como centro do universo, mas também pelo colonialismo vencedor. No século XVIII, o do Iluminismo, esta ciência fez-se reconhecer e os livros circulavam com as suas polémicas e a luta pela liberdade. Mas, mais uma vez, a guerra dominava: nesse século, sete milhões de africanos foram traficados para o trabalho escravo nas Américas e porventura muito mais foram os indígenas chacinados nessas paragens. A Inglaterra, o império dominante por muitos mais anos, conquistou a Índia, a sua jóia da coroa.

Guerras e revoluções

A Inglaterra tornou-se, nos finais do século XVIII e no século XIX, a potência europeia que dominava o mundo e a nova economia industrial. No entanto, perdeu em 1776 as colónias norte-americanas, cuja revolução independentista triunfou, e, logo depois, em 1789, foi desafiada pela revolução francesa e, quando esta foi subjugada por Napoleão Bonaparte, pela guerra que se arrastou até Waterloo em 1815. Apesar da vitória militar, apesar do fulgor da revolução industrial e do controlo do comércio mundial, a vida social da Europa estava a começar a mudar, com o crescimento do proletariado e a instabilidade que as revoluções de 1830, 1848 e, sobretudo, a Comuna de Paris de 1871 traziam aos regimes – e a esperança que faziam nascer na massa das pessoas exploradas.

Por isso, quando hoje consideramos a ameaça de guerra na Europa, convém lembrar que essa tem sido a história do continente, que os seus impérios provocaram as mais aterradoras catástrofes bélicas mundiais, que as suas fortunas foram alimentada pela destruição de outros povos e que, para os poderes de hoje, a guerra continua a ser simplesmente a política por meios mais expeditos. A guerra ou a ameaça de guerra são formas de dominar o povo através do medo. No milénio anterior ao nosso, ninguém inventou o medo melhor do que as potências europeias.

A culpa nunca é deles

texto de Ricardo Lafuente

O miúdo está sempre ali a fazer scroll no Tiktok. A tia não larga o Facebook. Olha aqueles pais com a criança colada ao Youtube no tablet. A minha mãe fica até às tantas a comentar fotografias. O meu primo anda com ideias muito esquisitas por causa daquelas contas que segue no Twitter.

Hoje, temos boa parte da nossa existência pessoal, profissional e social mediada por plataformas digitais, destacando-se as redes sociais. A internet já passou por vários momentos, e aquele em que nos encontramos caracteriza-se pelo domínio alargado da indústria tecnológica de Silicon Valley, com plataformas de alcance global que integram uma porção significativa da população. São inegáveis e incríveis as formas como as nossas interligações sociais se desdobraram graças à internet, mas são acompanhadas de métodos e estratégias de capturar a nossa atenção, influenciar as nossas ações e interferir nas nossas decisões.

Se em Portugal ainda temos uma política laissez-faire relativamente à proteção de dados e responsabilização das big tech, a União Europeia tem afirmado uma vontade de contrapor uma alternativa à doutrina norte-americana que até agora tem dominado as redes. O Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e algumas provisões do Digital Services Act (DSA) têm marcado uma viragem – mesmo que insuficiente – à submissão europeia que havia subsistido até agora neste dossier.

Ainda temos um longo caminho até atingirmos uma compreensão coletiva de como a intrusão das plataformas extrativistas nos remodelou enquanto sociedade. No entanto, assistimos hoje a uma responsabilização quase exclusiva das pessoas pela forma como são prejudicadas pelas técnicas de captura da atenção de que são alvo todos os minutos. Existe uma narrativa tecno-política exemplificada pelos lugares-comuns no primeiro parágrafo, que culpa as pessoas por seguirem o guião das redes sociais, remove qualquer sentido de responsabilidade aos operadores das plataformas, e coloca o ónus no indivíduo alvo.

Essa narrativa é ecoada a nível institucional: quando se fala dos problemas da tecnologia no desenvolvimento adolescente, é habitual a responsabilização das escolas e dos programas pedagógicos em resolver o assunto. Isto quando do outro lado estão entidades transnacionais com milhares de engenheiros e designers muito bem pagos para inovar constantemente nos métodos que possam colar cada pessoa mais um minuto à sua feed, ver mais anúncios e enrolar-se em mais discussões acesas que possam atrair outros. A isso podemos juntar os planos de internet móvel que oferecem a custo zero o acesso a estas mesmas apps/plataformas, mas não ao resto: se queremos consultar a Wikipédia, ler jornais, ou qualquer outra alternativa às plataformas “essenciais”, aí já é a pagar. Convencer-nos de que existe escolha é um sucesso da narrativa conservadora que prefere que não olhemos para a real causa do problema.

Um passo fundamental para uma abordagem politicamente solidária ao papel das plataformas digitais é o de identificar as instâncias em que se está a responsabilizar outrem por não conseguir resistir a mecanismos efetivamente irresistíveis de atracção. Responsabilizar a vítima faz parte da agenda ideológica que tem procurado distrair da verdadeira fonte dos problemas: uma lógica turbo-capitalista cega às sensibilidades humanas e sociais que não hesita em envenenar as consciências se isso render mais uns zeros.

Um espectro está a assombrar a Europa - o espectro do envelhecimento demográfico

texto de Paulo Antunes Ferreira

Um espectro está a assombrar a Europa - o espectro do envelhecimento demográfico. Todos os poderes dos países da velha Europa sabem que é necessário exorcizar este espectro. O uso das conhecidas palavras de Marx em O Manifesto Comunista justifica-se pelo facto do envelhecimento demográfico ser um dos fenómenos que mais afeta a Europa e mais influenciará o seu futuro próximo.

Uma europa envelhecida

A 15 de Novembro do ano passado a população total do planeta passou o número dos 8 mil milhões de habitantes. No entanto, a taxa de crescimento da população diminuiu nas últimas décadas e a previsão é de que continue a abrandar[i]. Para a europa prevê-se mesmo uma diminuição da população até ao final do século. Assim, a evolução demográfica mais importante, pelas suas consequências, que a Europa enfrenta não é já o rápido crescimento demográfico e sim o envelhecimento da população.

No fim do século XX e início do séc. XXI o envelhecimento da população instalou-se por toda a europa, como resultado de dinâmicas demográficas que vinham a ocorrer há décadas: a diminuição da taxa de fertilidade e o aumento da esperança média de vida que, ao serem simultâneas, provocaram uma estrutura demográfica envelhecida. Em apenas 100 anos, a esperança média de vida na Europa teve um crescimento de 72%, passando de 42,7 anos em 1900 para 73,5 anos em 2000. E o aumento em 2021 face a 1900 é de 80%. A União Europeia (EU) é a região mais envelhecida do mundo, apenas ultrapassada pelo Japão, e a sua taxa de natalidade é de 1,5 filhos por mulher, muito abaixo da média de 2,1 necessária para que uma população se mantenha de uma geração para a outra. Em 2020, as pessoas com mais de 65 anos representavam 20,6% da população da UE, estimando-se um forte crescimento até 2058 (30,3%) que continuará até 2100 embora a um menor ritmo (31,3%)[ii].

Uma europa ameaçada pelo envelhecimento

Mas se o aumento da esperança de vida é utilizado como um indicador de desenvolvimento e resultado de vários processos positivos (avanços na ciência e inovação, melhoria da saúde) e se a diminuição da taxa de fertilidade resulta também, em grande parte, de dinâmicas progressistas e décadas de lutas (direitos das mulheres, aumento da participação feminina no mundo de trabalho profissional, melhorias na contracepção, por que razão constitui o envelhecimento demográfico uma ameaça para a Europa?

A razão é que ele traz consigo uma série de consequências políticas, económicas e sociais, e de debates sobre como enfrentá-las, que podem colocar em risco muitos dos processos que sustentam as sociedades europeias e o modelo social europeu.

A título de exemplo, devido ao envelhecimento demográfico a população em idade ativa da UE tem vindo a diminuir na última década e deve cair 18 % até 2070[iii]. Na ausência de outros fatores que aumentem a produtividade uma menor população ativa induz menores níveis de produção e simultaneamente um maior esforço por cada trabalhador em termos de contribuição para o financiamento do estado social, seja das pensões de reforma seja dos serviços de saúde. A proporção entre as pessoas que pagam impostos e contribuições para a segurança social e as que recebem pensões e outros benefícios está a diminuir na Europa, prevendo-se que diminua drasticamente nas próximas décadas apenas em consequência da evolução demográfica: em 2019 a média europeia de pessoas em idade ativa para cada pessoa acima dos 65 anos era de 2,9 e as projeções apontam para que seja de 1,7 em 2070[iv].

Ainda em termos económicos, um outro exemplo é revelado pelo índice de dependência económica da população idosa (IDEI), que utiliza informação sobre a população, o consumo e a produção numa dada economia, desagregada por idade. Um IDEI crescente significa que o ratio de consumidores efetivos com mais de 65 anos por cada 100 trabalhadores efetivos está a aumentar. Os números mostram que a taxa de dependência económica da velhice está a aumentar em todo o mundo e as previsões apontam para um crescimento dos 20/100 em 2019 para 33/100 em 2050, globalmente. A Europa é uma das regiões com o IDEI mais elevado do mundo, de 43/100, explicado pelo elevado consumo em idades mais velhas relativamente a idades mais jovens e por uma percentagem crescente de idosos na população. Da lista dos 10 países com o maior IDEI económico 8 pertencem à UE, todos com rácios de dependência económica superiores a 50/100, prevendo-se que até 2050 os IDEI atinjam valores de superiores a 89/100, passando Portugal a integrar este grupo dos 10

países com maior IDEI no mundo[v].

Para agravar este cenário, a população idosa na Europa depende sobretudo de transferências públicas (programas públicos como como pensões, cuidados de saúde e outros serviços sociais), para financiar mais de dois terços do seu consumo. Em países como a Áustria, Alemanha, França, Finlândia, Hungria, Itália, as transferências públicas líquidas estão a financiar cerca de 70% ou mais do consumo, atingindo na Suécia quase 100%[vi].

Uma população envelhecida coloca também maior pressão sobre os sistemas de saúde e de cuidados continuados, devido à crescente dependência e perda de autonomia física e mental com a idade. Nos últimos anos, o surto da covid19 expôs a vulnerabilidade das pessoas mais velhas a pandemias e outras doenças, especialmente devido às múltiplas comorbilidades nas idades mais velhas.

Um último exemplo é o aumento do isolamento social e da solidão, devido em grande parte ao facto de os círculos sociais das pessoas diminuírem com a idade. Fatores como a viuvez, o distanciamento face aos filhos e as limitações físicas contribuem para o aumento do número de idosos a viver sozinho. Uma população crescentemente envelhecida, com núcleos familiares mais restritos[vii] e maior dependência física levará à diminuição dos níveis de sociabilidade e de integração na comunidade, podendo contribuir para sociedades cada vez mais atomizadas e menos coesas, com um menor sentimento de comunidade.

E, se nos recordarmos de que o envelhecimento demográfico é um processo social marcado por uma profunda desigualdade consoante os recursos de que os diferentes grupos sociais dispõem ou aos quais têm acesso[viii], percebemos que o cenário para as classes sociais mais desfavorecidas é ainda mais assustador.

O que fazer?

Perante esta ameaça, que caminho devemos prosseguir? O modo como se responde a esta pergunta depende do modelo de sociedade que pretendemos. Um modelo progressista colocará a tónica na defesa e promoção do Estado Social, na diminuição das desigualdades, no aumento da justiça distributiva na repartição dos rendimentos, no acesso universal gratuito ou tendencialmente gratuito a serviços públicos robustos, na segurança no emprego e na habitação.

De um modo geral, as políticas de promoção da natalidade não tiveram resultados significativos no aumento da natalidade, mas isso não significa que devam ser abandonadas, pelo contrário. Devem ser aprofundadas e expandidas, de modo a dar condições a quem quer ter filhos para os ter: segurança no emprego, licenças de parentalidade, horários de trabalho flexíveis e modalidades de emprego que promovam uma maior conciliação entre vida profissional e vida familiar, serviços públicos de cuidados infantis e de cuidados continuados, programas pós-escolares, bolsas e subsídios em dinheiro, provisão pública de habitação a preços acessíveis, salários que permitam segurança no quotidiano e perspetivas de futuro. Não constituem uma solução para o envelhecimento demográfico, mas contribuem para o acesso de todos às condições de uma vida digna, devendo integrar as políticas sociais e de distribuição de rendimentos.

No entanto, a diminuição da natalidade não resulta apenas da ausência de condições para ter filhos, mas também de uma mudança estrutural, de natureza cultural, com conquistas progressistas que não se deseja reverter. Por isso, para minimizar o envelhecimento demográfico é necessária uma política demográfica integrada, que tenha no seu centro o aumento da imigração. Alguns estudos apontam a necessidade de a Europa duplicar o atual nível anual de imigração líquida para travar o declínio da sua população, sendo necessário o triplo da imigração atual para manter a dimensão da sua atual população idade ativa e o quíntuplo para manter o atual rácio idosos/trabalhadores. É essencial aumentar a integração de migrantes mais jovens, vindos de outras regiões do globo, à procura de melhores condições de vida e capazes de realizar trabalho que uma população envelhecida já não consegue. No curto e médio prazo, apenas a imigração permite aumentar a população ativa e a sua produtividade, os contribuintes para o financiamento dos sistemas de segurança social e dos diversos serviços públicos do Estado Social, a probabilidade de inovação bem como o preenchimento de lacunas no setor dos cuidados. Não apenas a imigração qualificada - como a dos chamados “nómadas digitais” ou a fixação dos estudantes estrangeiros a frequentar universidades europeias -, mas também a imigração menos qualificada. Todos estes tipos de imigrantes são desejáveis e necessários.

Esta imigração enfrenta uma oposição violenta de outro espectro que assombra a Europa: a extrema-direita e o seu discurso tóxico promovendo o nativismo, a xenofobia e o racismo. Para combater este fenómeno e conseguir que a imigração seja bem-sucedida e aceite pelas populações europeias parece-nos indispensável a formulação de alternativas políticas que proporcionem a todos (europeus – sobretudo os grupos mais vulneráveis ao ressentimento -, e imigrantes) o acesso à cidadania plena em condições de igualdade, um trabalho recompensador que contribua para o bem comum e uma perspetiva de futuro - as condições de criação do sentimento de pertença a uma comunidade. Só com um Estado Social robusto é possível uma correta integração da imigração e um combate efetivo face à extrema-direita e à percepção de que a imigração constitui uma ameaça quando constitui precisamente o contrário, a possibilidade de sobrevivência da população europeia.

[i] United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015). World Population Prospects: The 2015 Revision, Key Findings and Advance Tables. ESA/P/WP.241.
[ii] The 2021 Ageing Report - Economic and Budgetary Projections for the EU Member States (2019-2070), MAY 2021, KC-BC-21-005-EN-N.
[iii] ibidem
[iv] ibidem
[v] United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Population Prospects 2019: Highlights.
[vi] ibidem